



DIREITO AO VOTO PARA OS IMIGRANTES

A actual Lei de Imigração, publicada em 4 de Julho de 2007, criou muitas expectativas, em boa parte alimentadas pelo Governo do Partido Socialista. No entanto, muitos problemas permanecem por resolver e hoje ainda há milhares de imigrantes que vivem e trabalham em Portugal, pagam os seus impostos, mas não são vistos como cidadãos de um país que deles precisa.

Importa discutir as condições de integração e de cidadania plena. A Constituição da República Portuguesa associa o direito de votar e ser eleito à nacionalidade. Apenas são considerados eleitores os cidadãos com nacionalidade Portuguesa, podendo estes votar e ser candidatos nas eleições legislativas, autárquicas e para o Parlamento Europeu. Aos estrangeiros residentes em Portugal, cujos países de origem têm um acordo de reciprocidade com Portugal, é-lhes atribuída capacidade eleitoral activa e

passiva para as eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu, mas nenhum pode votar para a Assembleia da República.

Os cidadãos imigrantes, que pagam os seus impostos e contribuem para a Segurança Social em Portugal, correspondem a cerca de 5% dos contribuintes. São 4% a 5% de pessoas sem direito a voto em Portugal, sem capacidade política.

Defendemos uma revisão constitucional que consagre o direito de voto a todos os imigrantes que residam em Portugal há quatro anos, tempo de um mandato que permite fazer uma avaliação dos projectos políticos e da sua acção. A capacidade eleitoral promove a cidadania plena. Todos devem ter o direito a escolher o seu projecto político, a eleger e a ser eleito para as eleições autárquicas, para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA

- Direito de voto a todos os imigrantes que residam em Portugal, pelo menos há quatro anos.